

Deputado e senador passam a ganhar Cz\$ 7,6 milhões

BRASÍLIA — Os vencimentos dos deputados e senadores, fixados há duas semanas em Cz\$ 4,7 milhões, tiveram ontem novo reajuste. Valendo-se de um decreto-legislativo aprovado em outubro, que estabeleceu que os salários dos parlamentares seriam reajustados de acordo com as condições fixadas para o funcionalismo público federal, o Congresso Nacional fez valer para si o reajuste concedido ontem pelo governo para os funcionários públicos.

Tomando-se o índice de 62% aproximadamente, fixado para a maioria do funcionalismo (os que têm data-base em janeiro), deputados e senadores passarão a receber Cz\$ 7,6 milhões em janeiro. Somando-se a este número outra vantagem que conquistaram com o novo projeto do Imposto de Renda, que reduziu a alíquota de imposto de 35 para 25%, os ganhos realmente são consideráveis.

Alguns deputados protestaram contra esta situação ontem, na sessão conjunta do Congresso. Por um acordo de lideranças, os parlamentares haviam decidido que eles, os ministros de Estado e os ministros dos tribunais receberiam em janeiro apenas a URP, sendo excluídos do reajuste.

A evolução dos salários

	Novembro	Dezembro	Janeiro
Deputado	2.600.000,00	4.700.000,00	7.600.000,00
Salário mínimo	30.800,00	40.425,00	64.020,00
Salário deputado/ Salário mínimo	89 vezes	118 vezes	119 vezes

O projeto, no entanto, nem chegou a ser votado. Atendendo a determinação do líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), o senador Nelson Wedekin (PMDB-SC) pediu a verificação de quórum e, por falta de presença, a sessão foi encerrada. Tito disse depois que não fôra avisado do acordo entre os líderes da Câmara e que decidiu pelo pedido de verificação de quó-

rum para impedir que fosse aprovado outro projeto do governo, que estabelecia cortes de alguns incentivo fiscais, entre eles os destinados à informática, treinamento de pessoal e alimentação do trabalhador.

O líder estava duplamente mal informado. Também este último projeto havia sido motivo de acordo, resultando daí um projeto-de-lei que resguardava dos cortes os três incentivos. Depois de encerrada a sessão,

Wedekin disse que considerava o acordo de lideranças sobre os vencimentos dos parlamentares "muito saudável" e que cumprira apenas uma determinação da liderança.

Tito seguiu o mesmo caminho e declarou que sua bancada assumia o compromisso de aprovar em plenário o acordo. Para isso, porém, era necessário antes convencer o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, a convocar para o mesmo dia outra sessão conjunta da Câmara e Senado.

O deputado César Maia (PDT-RJ), de lápis em punho, explicava por que era injusta com a sociedade a carona dos parlamentares no reajuste do funcionalismo. Ele propunha como medida moralizadora a aplicação do IPC de janeiro a dezembro sobre os vencimentos de janeiro, o que permitiria checar se houve realmente perda. A bancada do PT fazia cônico e pedia a aprovação em fevereiro de um projeto que anulasse o ganho inesperado, obrigando deputados e senadores a devolverem o que irão receber injustificadamente. Ulysses considerou a proposta juridicamente correta, mas não se fechou nenhum acordo que a efetivasse.

Ronan Tito

Da esquerda para o apoio ao governo

Industrial e empresário rural, o senador Ronan Tito, 57 anos, que mandou o senador Nelson Wedekin pedir verificação de quórum, manobra que permitiu o novo aumento dos parlamentares, foi secretário do Trabalho e Ação Social no governo Tancredo Neves em Minas Gerais, entre 1983 e 1985. Na liderança do PMDB no Senado, assumiu posições que o identificaram com setores da esquerda. Depois da derrota da tese dos quatro anos de mandato para Sarney, por exemplo, defendeu a expulsão dos governistas do partido.

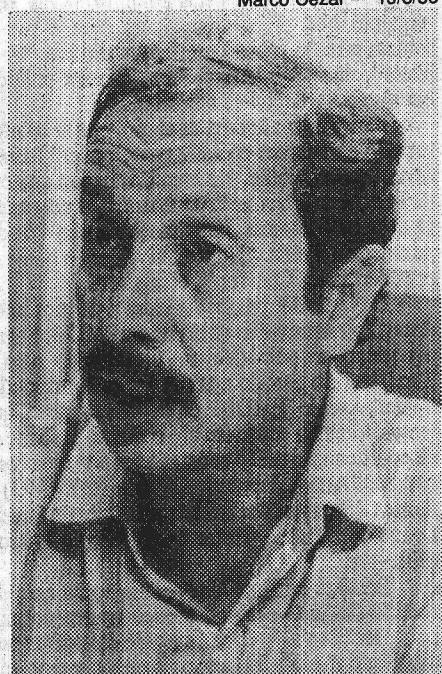


Waldemar Sávio — 24/9/86

Nelson Wedekin

Da militância à discrição como senador

Ex-líder estudantil de tendências socialistas, o senador Nelson Wedekin, 47 anos, começou sua vida política ligado ao então proscrito Partido Comunista Brasileiro. Foi vereador pelo antigo MDB entre 1968 e 1972 e eleito deputado pelo PMDB em 1982. Na época mais dura do regime militar, foi presidente da Comissão de Justiça e Paz em Florianópolis, defendendo presos políticos. Na Constituinte teve atuação discreta, ligando-se sempre às posições assumidas pelo então líder do partido, senador Mário Covas. Quando este rompeu com o PMDB para fundar o PSDB, Wedekin permaneceu fiel à legenda.



Marco Cezar — 19/8/86